

Partidos não expulsarão seus parlamentares punidos na CPI

Jamil Bittar — 28/9/93

BRASÍLIA — Nenhum partido político abrirá processo para excluir de seus quadros os parlamentares punidos pela CPI do Orçamento com pena de cassação. Lideranças do PMDB, PFL, PPR e PP decidiram que só vão se manifestar após a defesa dos implicados na Comissão de Constituição e Justiça.

“Não vou expulsar ninguém porque o direito de defesa só será plenamente exercido na Comissão de Justiça”, resumiu o líder do PFL na Câmara, Luiz Eduardo Magalhães (BA), embora admita que em muitos casos será difícil alterar as conclusões do relatório. Na mesma linha, o presidente do PMDB, Luiz Henrique (SC), disse que o partido vai esperar a finalização do processo para encaminhar cada caso à comissão de ética.

“Expulsão agora seria a cassação do mandato antes da decisão do Congresso, porque o prazo de filiação partidária para as eleições deste ano está encerrado desde o dia 9 passado”, justificou o líder do PP na Câmara, Salatiel Carvalho (PE). Mas tanto ele quanto seu companheiro na liderança do PMDB, deputado Tarcísio Delgado (MG) vão aguardar de braços cruzados. “Não vamos atuar na defesa de ninguém. Ao contrário, vamos exigir uma defesa convincente”, disse Salatiel. O PMDB também deve se manter distante da polêmica na Comissão de Justiça. “Corrupção não é matéria de política partidária”, sentenciou Delgado.



Magalhães: direito de defesa só será pleno na Comissão de Justiça

O único que parece disposto a ajudar os punidos de seu partido, embora votando com o relatório, é o deputado José Lourenço (PPR-BA). “O mínimo que podemos fazer em determinados casos

é dar solidariedade aos companheiros”, avaliou Lourenço, e emendou: “Vamos ajudar os dois companheiros do PPR implicados na CPI porque eles ainda têm chances de serem inocentados na Comissão de Justiça”.